

ATA DA TRIGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 11-5-2022.

---

Aos onze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu-se, de forma presencial, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Aldacir Oliboni, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Jessé Sangalli, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Pablo Melo, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cezar Schirmer, Cintia Rockenbach, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D`Ávila, Karen Santos, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 528/21 (Processo nº 1198/21), de autoria de José Freitas; o Projeto de Lei do Legislativo nº 575/21 (Processo nº 1297/21), de autoria de Moisés Barboza; o Projeto de Lei do Legislativo nº 624/21 (Processo nº 1373/21), de autoria de Jessé Sangalli; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 018 e 117/22 (Processos nºs 0039 e 0228/22, respectivamente), de autoria de Comandante Nádia; o Projeto de Lei do Legislativo nº 151/22 (Processo nº 0292/22), de autoria de Idenir Cecchim; o Projeto de Lei do Legislativo nº 137/22 (Processo nº 0263/22), de autoria de Daiana Santos e Matheus Gomes; o Projeto de Lei do Legislativo nº 199/22 (Processo nº 0364/22), de autoria de Everton Gimenis; e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 202 e 203/22 (Processos nºs 0373 e 0374/22, respectivamente), de autoria de Bruna Rodrigues. A seguir, foi apregoado o Processo SEI nº 221.00055/2022-84, de autoria de Bruna Rodrigues, informando, nos termos do artigo 227, §§ 6º e 7º, do Regimento, que participaria, nos dias doze e treze de maio do corrente, do 44º Congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES, em Brasília – DF. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Mari Pimentel, Laura Sito, Leonel Radde, Daiana Santos e Moisés Barboza. Na oportunidade, por solicitação de Claudio Janta, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Mãe Ana de Oxum. Às quatorze horas e cinquenta e seis minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Comandante Nádia, solicitando o adiamento, por uma sessão, da discussão do Projeto de Resolução nº 022/21 (Processo nº 0515/21). Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 002/22 (Processo nº 0046/22), o qual, após ser discutido por Aldacir Oliboni, Laura Sito, Claudio Janta, Bruna Rodrigues, Roberto Robaina, Matheus Gomes, Moisés Barboza, Karen Santos, Leonel Radde, Airto Ferronato, Felipe Camozzato e Jonas Reis, teve sua discussão suspensa em face da inexistência de quórum deliberativo. Às

dezesseis horas e dezesseis minutos, foi encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, 1ª Sessão, estiveram o Projeto de Lei do Legislativo nº 001/22, discutido por Jonas Reis, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 167 e 603/21 e 035, 125, 149 e 163/22 e os Projetos de Resolução nºs 013, 014 e 017/22. Às dezesseis horas e vinte e três minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Laura Sito, Giovane Byl e Mari Pimentel. Do que foi lavrada a presente ata, que será submetida à apreciação da Mesa Diretora e aprovada mediante a assinatura da maioria de seus integrantes, nos termos do artigo 149, parágrafo único, do Regimento.

---

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Boa tarde.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Apregoo o processo SEI nº 221.00055/2022-84, de autoria da Ver<sup>a</sup>. Bruna Rodrigues, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação no evento 44º Congresso da União Brasileira de Estudantes Secundaristas, em Brasília, nos dias 12 e 13 de maio de 2022.

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** A Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Boa tarde, colegas vereadores; público que nos assiste aqui, na TV Câmara; boa tarde, Presidente Giovane Byl. Hoje eu venho falar de um tema muito importante para a nossa cidade, que é a maternidade. Nós temos o nosso Presidente agora pai de um bebê novo, e nós sabemos que a maternidade, no mês de maio, vem com uma glamourização, com uma romantização do que maternado, do que é ter um bebê. Mas aqui, hoje, nesta data, nós queremos trazer a importância dos diversos aspectos que encontram a dificuldade do maternar também, do que é o período da gestação, o que é o período do pós-parto, os primeiros meses de vida do bebê. De acordo de como a luz que incide sobre a mãe, sobre esse maternar, nós teremos aí uma feliz saudável, ou uma mãe com possíveis doenças psicológicas que podem vir a cometer um maternar que não tenha uma luz radiante perante ela. Por isso hoje vou estar apresentando aqui um vídeo de um movimento muito importante, totalmente apartidário, democrático, que tenta trazer aqui para cidade de Porto Alegre, no calendário do mês de maio, a importância do maternar, da saúde mental materna. Então, diretor, poderia colocar o áudio? O áudio não funciona...

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (DIRETOR LEGISLATIVO):** Lamentavelmente, Vereadora, não temos áudio.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Tendo em vista que não funciona o áudio, eu gostaria de dizer que esse projeto tem muitas vozes, são diversos profissionais que estão em volta do tema, diversas mães que estão em volta do tema e pais também, porque como já dizia o provérbio africano: “*It takes a village raise a child*”, ou seja, nós dependemos de toda uma aldeia para criar uma criança. E eu tenho certeza de que todos aqui sabem da importância de a gente cuidar das nossas mães. Então aqui eu incluo, no Calendário de Porto Alegre, a proposição, porque nós temos já bloco de assinaturas para que todos os vereadores da Casa assinem junto. Como eu reforcei, é um movimento que hoje eu estou dando voz aqui no plenário, mas que deve ser abraçado por todo o Legislativo Municipal, o movimento de incluir então o Maio Furta-cor no Calendário de Porto Alegre. Temos aqui representantes do movimento que estarão conversando com os vereadores, tirando dúvidas, trazendo números e reforçando a importância do debate público, para que cada vez mais a gente olhe atentamente a essa mãe. E gostaria de reforçar o convite aqui para, no dia 15 de maio, neste domingo, às 9h, o Maio Furta-cor estará fazendo uma caminhada, saindo do da Redenção, a partir das 9h, e convidamos todos aqueles que também se importam com as nossas mães, que se importam com esse tema e, cada vez, mais se preocupam com esse debate a estarem presentes. Agradeço a todos os vereadores que estão entrando para assinarem juntos no bloco e eu tenho certeza de que Porto Alegre ganha tendo o Maio Furta-cor com o calendário de conscientização e debates sobre a saúde materna. Obrigada, Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** A Ver.<sup>a</sup> Laura Sito está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA LAURA SITO (PT):** Boa tarde, colegas vereadoras e vereadores, eu utilizo aqui este tempo para falar de um tema bem importante que foi polêmico nos últimos dias que é sobre o racismo institucional nesta Casa. O Ver. Matheus Gomes fez um vídeo para suas redes sociais, em que ele citava um trecho de uma entrevista que nós, da bancada negra, concedemos aos Sul21, quando nós afirmávamos a condição, digamos assim, a qual nós estamos aqui situados e somos tratados diversas vezes nesta Casa. O trecho da matéria que o Ver. Matheus citou dizia o seguinte: “Para mim, a demonstração mais simbólica do que é o nosso primeiro ano aqui nesta Casa é que poucos vereadores acertam quais são os nossos nomes”. Para mim, isso é um símbolo do que é o racismo. Muitas vezes me chamam, eu, Laura, fiz até aqui um pequeno cartaz aqui, me chamam, muitas vezes, de Karen, de Bruna, de Daiana, apesar de nós sermos todas lindas, simpáticas e muito bem votadas, nós somos extremamente diferentes entre cada uma de nós. E nós temos aqui uma série de vereadores que são, talvez, se fôssemos descrever, parecidos: homens brancos, com mais de 50 anos, de cabelos grisalhos, de camisas azuis, nem por isso nós erramos quais são os seus nomes. Isso é uma faceta do que é o racismo institucional, e aqui eu vou

descrever porque a forma como o debate foi tratado foi de um equívoco profundo. O apagamento da história negra é resultado do racismo e é deliberadamente provocado por ele, o mesmo vale para o apagamento das personalidades negras da história do nosso País. É a isso que nós chamamos de racismo epistemológico, por isso não somos lembrados, por isso não somos valorizados na construção da história nacional, por isso que os nossos nomes foram apagados. Quantas escolas, quantas ruas, quantos bairros de figuras negras nós temos na nossa cidade, no nosso Estado e no nosso País? Será que, em mais de 500 anos de Brasil, os negros não fizeram parte ativa da construção política da nossa história? Na política, nós, negros e negras eleitos, vivemos, antes inclusive de estarmos aqui – nós da bancada negra –, uma cena que diz muito sobre todo esse debate que está posto, em que um ex-vereador desta Casa – na oportunidade candidato a prefeito de Porto Alegre – disse que nós não tínhamos tradição política alguma, não tínhamos qualificação formal para estarmos aqui, sendo que todos nós somos reconhecidos militantes políticos desta cidade, com trajetórias reconhecidas, com formação formal ou, no mínimo, com a formação necessária para estarmos aqui – que é o que pede a lei, que não pede diploma de doutorado para ninguém. Ainda assim, somos todos graduados pela universidade pública – uma das melhores da América Latina – deste Estado; ainda assim, esse ex-vereador fez questão de nos subjugar e foi condenado por racismo em primeira instância. É importante que a gente diga isso: um vereador já foi condenado aqui na nossa justiça por conta disso. Infelizmente, quando nós chegamos aos espaços formais, nos é inóspito à nossa presença; isso não somos nós que estamos falando, isso é o que nós sentimos diariamente. Quantos de vocês já foram impedidos de entrar no plenário, muitas vezes, por não serem reconhecidos como vereadores? Tenho certeza de que nenhum dos vereadores brancos sofreu isso. Quantas vezes nós já fomos... Eu já fui várias vezes cobrada por um crachá para poder entrar ou alguma explicação lá na frente porque não fui reconhecida como vereadora – eu estava vestida como ando vestida – e porque a cor da minha pele não me colocava como uma pessoa nitidamente detentora do poder? É disso que nós estamos falando. Vivemos constantemente o racismo institucional. Nós somos poucos nos espaços de representação, de autoridade; portanto somos pouco lembrados. Por exemplo, 12,8% dos magistrados no Brasil são negros, contra 85% dos magistrados que são brancos; no Congresso, temos apenas 17% dos parlamentares negros, enquanto que somos mais de 50% da população. Infelizmente, a fala do Ver. Matheus e a ponderação que ele fez aqui deveriam servir como reflexão e silêncio, não como uma provocação. E aqui presto minha solidariedade, Matheus, não como uma provocação judicial ou qualquer outra coisa do gênero. É importante que a gente compreenda que o racismo é estrutural e numa sociedade racista não basta nós simplesmente nos defendermos e dizermos: “Não, nós não somos racistas!” É necessário que tenhamos uma ação antirracista, que nós combatamos eles e que nós compreendamos que é necessário que a gente não silencie frente a uma realidade que está posta. Por isso fiz questão de vir aqui escurecer esse assunto que é tão importante e que é tão simbólico da estada da primeira bancada negra na Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Estamos aqui hoje e que nós sejamos muitos, para que a nossa estada aqui seja presente; não só aqui, mas em todas as casas

legislativas do Brasil, de forma adequada à nossa presença na sociedade brasileira e ao nosso papel nela também.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** O Ver. Leonel Radde está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

**VEREADOR LEONEL RADDE (PT):** Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas vereadores e vereadoras; boa tarde população de Porto Alegre que nos assiste pela TVCâmara. Eu queria saudar e fazer um convite também a todos e todas, amanhã teremos a formatura dos novos policiais civis do Estado Rio Grande do Sul, às 11h, e temos aqui uma representação desse grupo na Casa, do Elias Machado da Silva, do Eduardo da Cunha, Matheus Rauber, Bruna Reis, Willyam Weiss Ilha dos Santos, Ver. Ruas, que muito nos honra. Então, gostaria de pedir uma salva de palmas aos colegas, futuros colegas, e também aos formandos da Polícia Civil no dia de amanhã. Uma salva de palmas para os colegas. (Palmas.) E dizer que é muito importante a reposição do efetivo; é muito importante que nós façamos concursos públicos e que cada vez as corporações do Estado, o poder estatal, ampliem a sua participação. Na segurança pública isso é evidente, nós temos uma defasagem de 50% no efetivo da Polícia Civil, o que repercute também na Brigada Militar, na Polícia Penal. E nós sabemos o quanto é importante a recuperação desse efetivo, e que esse efetivo esteja pronto, capacitado, valorizado, bem equipado, com treinamento, com uma carreira moderna. É a isso que nós nos propomos a defender e a fazer esse debate, em prol da categoria dos servidores da segurança, dos servidores públicos do Estado do Rio Grande do Sul e de todo País. Aqui no Município, nós estamos dialogando muito com servidores públicos, com a Guarda Municipal, porque compreendemos a relevância, a importância desses servidores e servidoras, na qualidade de vida da nossa população. Estivemos no Postão da Cruzeiro, que está sofrendo graves ataques por parte da Prefeitura, que quer privatizar, entregar para iniciativa privada, e nós compreendemos que um serviço de qualidade passa por esse investimento público. Eu, como policial, já precisei utilizar o Postão da Cruzeiro, porque o indivíduo que nós prendemos estava em surto, queria matar a sua mãe. E foi no Postão da Cruzeiro que ele teve atendimento para evitar uma grande tragédia. Então o respeito aos trabalhadores da Saúde, o respeito ao serviço público, o respeito à questão do tratamento psicológico é algo que o Estado, de forma mais ampla, a União, o Estado, o Município deve ter cuidado. Na corporação policial existe hoje uma chaga, existe hoje uma pandemia, uma endemia de suicídios, e ninguém fala da questão psicológica dos agentes da Segurança. As cobranças, o assédio moral, o atraso de salários, a falta de condições de trabalho; a pressão de lidar com aquilo que tem de pior na sociedade e são esquecidos. Nós somos esquecidos, só servimos muitas vezes para manchetes, para propaganda, para mostrar números para o governo, mas o trabalho não é valorizado.

Foi o que aconteceu agora na Assembleia, na votação da reposição da inflação. Os servidores públicos do Estado não tiveram, ao mínimo, a reposição da inflação. Como eu disse ontem, tivemos partidos que votaram contra a reposição de 6%, que não é suficiente nem para este ano, quando já temos uma inflação de quase 12%. Então parabéns aos aprovados da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul, parabéns a todos os colegas servidores públicos deste Estado e do Brasil. A luta continua! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** A Ver.<sup>a</sup> Daiana Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB):** Boa tarde, Presidente, colegas e todos que nos assistem, que nos acompanham. Inicialmente, eu quero fazer uma saudação à escola campeã do carnaval – não é, Ver. Matheus Gomes? –, porque é importante a defesa da cultura popular, a garantia da cultura nesta cidade. Esse final de semana, nós tivemos três dias, então vou fazer uma referência às escolas campeãs do carnaval e dizer que, para nós, é de grande importância estar participando ativamente, porque tem aí uma grande cadeia produtiva que gera renda para famílias num período que é tão duro, e a gente vê essa restrição batendo muito forte na população que já não tem grandes possibilidades. Falo nisso, Ver. Matheus Gomes, já incluindo aqui um projeto que hoje vem para debate nesta Casa, que também retira a possibilidade de alguns espaços da cultura popular por conta da venda desses espaços. Esse é um projeto que vem para liquidar em definitivo isso, vem para fazer a liquidação da cidade. Acho que a gente precisa estar atento a isso, um movimento muito responsável acerca de que nós estamos com grande déficit na cidade de espaços, primeiramente, de fins sociais. Essa é uma função que precisa ser constantemente aqui lembrada. Se tem imóveis sobrando, se a gente está com uma grande possibilidade de fazer essa avaliação, então que a gente faça a ampliação das escolas infantis, que a gente faça a ampliação dos equipamentos necessários, o próprio CRAS, eu posso aqui citar o exemplo da Santa Rosa de Lima, que está com déficit gigantesco, que no mínimo teria a capacidade, pelo contingente da população, de ter mais dois CRAS lá. Então é necessário que a gente faça, de forma muito respeitosa, um olhar aprofundado para essas questões, antes mesmo de colocar no debate a venda. Digo aqui e até ousar falar, uma liquidação daquilo que é público.

É importantíssimo que a gente fique atento. O debate na cidade, nesse momento, tem que ser: por que não a utilização desses espaços para fins sociais? Por que não a utilização desse espaço para aquilo que tem de déficit aqui? Acho que é muito leviano a gente colocar como única finalidade a venda, a retirada, a restrição, porque isso impacta diretamente para a população que já está aí sofrendo com a redução dos equipamentos, que já sofre com a ausência ou mesmo com a total indisposição das

políticas públicas que poderiam estar promovendo o impacto na construção desses indivíduos e na qualidade de vida da população porto-alegrense. Assim finalizo.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Muito obrigado, Ver.<sup>a</sup> Daiana Santos. Eu gostaria, nesse momento, estar anunciando aos colegas vereadores o lançamento do Livro-Agenda Porto Alegre 250 anos, realizado pela Escola do Legislativo. Os senhores vereadores estão recebendo, neste momento, um exemplar do Livro-Agenda Porto Alegre 250 anos, marcando o seu lançamento dentro das atividades da Casa pelas comemorações do aniversário da capital. A publicação no formato digital está sendo disponibilizada no *site* da câmara no *link* para *download* da população e é um produto de quatro meses de pesquisa da Escola do Legislativo, nos escritos do Historiador Sérgio da Costa Franco, a quem esta obra homenageia. Ela reúne 1.570 fatos diários relacionados à história da capital, construindo um instrumento de pesquisa e referência para todos. Então fica aqui os meus parabéns ao diretor da Escola, Lúcio Almeida, ao Jorge Barcellos e a toda equipe da Escola do Legislativo, e cada vereador que está presente aqui no plenário vai estar recebendo este Livro-Agenda que foi preparado com muito carinho nessa comemoração dos 250 anos da nossa cidade.

Feito o registro, eu gostaria também de saudar e registrar a presença do secretário municipal de Administração e Patrimônio, secretário André Barbosa, que se encontra presente aqui nesta tarde; o secretário Cassio Trogildo, da Secretaria de Governança; o ex-vereador de Taquari, José Nadal, sejam bem-vindos à Casa Legislativa.

O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Primeiramente, boa tarde, Ver. Giovane Byl, presidindo os nossos trabalhos; quero agradecer pelo tempo de liderança ao nosso líder de bancada, o Ver. Gilson Padeiro, aos colegas Kaká e Ramiro. Presidente, apenas para fazer, mais uma vez, justiça à construção da convergência e dos reconhecimentos devidos da nossa cidade, eu aproveito para dividir com os colegas que integraram na legislatura passada e, certamente, vão integrar nesta legislatura a nossa Frente Parlamentar de Recuperação do Arroio Dilúvio a matéria que está estampada hoje nos veículos de imprensa sobre a possibilidade de buscarmos a realização do sonho – o que a gente chama, na Malucos do Bem, há cerca de oito anos ou algo assim – da maior ferida aberta na cara da sociedade de Porto Alegre, que é o arroio Dilúvio. A Malucos do Bem sempre defendeu que fossem aportados muitos recursos, porque isso envolve também a região onde a Malucos do Bem sempre teve sede, atuação, que é abaixo da represa do Parque Saint’Hilaire, aquele grande espelho d’água. Vão ter que ser colocados recursos para regularização fundiária, para saneamento. A gente vê com bons olhos a matéria, mas a gente tem que fazer um reconhecimento do trabalho que envolveu a PUC, que envolveu a UFRGS, que envolveu governos anteriores, se não me engano, ainda na época do governo Fortunati, depois passando pelo... Inclusive, acho

que teve iniciativas também na época do governo Fogaça, passando pelo governo Marchezan, e agora este governo parece que também está tentando fazer o máximo que pode. Quero reconhecer aqui o prefeito Melo e o secretário Germano Bremm, que estão no exterior buscando essa pauta. Nós esperamos que essa pauta, realmente, venha ter a luz que merece. Também, por final, quero dizer que acompanhei uma matéria numa rádio de grande expressão nossa, e ouvi um secretário do atual governo falando sobre o quadrilátero do centro, reconhecer também que essas iniciativas são extremamente importantes para a recuperação do coração da cidade. A bancada do PSDB assistiu na legislatura passada e no governo anterior, e aí fica o meu reconhecimento à Secretaria de Planejamento do governo Marchezan, nosso governo, que, inclusive, buscou os recursos para a contratação do projeto do quadrilátero do centro, também ao nosso colega hoje, que me honra muito, ex-secretário do Planejamento, Cezar Schirmer, que também se debruçou e lutou muito por isso. É necessário que nós façamos o reconhecimento dessas pessoas que vêm há um bom tempo trabalhando por isso, então fica aqui o meu registro à secretária Juliana. Esse projeto, realmente, vai ser também tão importante quanto o projeto do Arroio Dilúvio. Obrigado, mais uma vez, a bancada do PSDB vai continuar fazendo o trabalho de forma coerente e reconhecendo que a cidade precisa cada vez mais avançar, mas reconhecendo todo o trabalho que vem sendo feito, como a gente sempre faz. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento da Mãe Ana de Oxum, uma liderança não somente das religiões de matriz africana, mas uma grande liderança da Vila Farrapos, depois se mudou para o Morro Santana, uma região que eu e o senhor conhecemos muito bem.

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB) – às 14h56min:** Havendo quórum, passamos à

#### **ORDEM DO DIA**

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PR nº 022/21 por uma sessão.

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Em votação o requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**



## DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;  
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

**PROC. Nº 0046/22 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 002/22**, que cria o Programa de Gestão do Patrimônio Imobiliário de Porto Alegre (PGPI), de suas autarquias e fundações, dá nova redação a dispositivos da Lei Complementar nº 869, de 27 de dezembro de 2019, e da Lei nº 5.994, de 25 de novembro de 1987, revoga a Lei Complementar nº 866, de 6 de dezembro de 2019, e revoga a Lei nº 5.875, de 28 de janeiro de 1987. (SEI 118.00139/2022-41)

### **Parecer Conjunto:**

- da **CCJ, CEFOR e CUTHAB. Relator-Geral Ver. Claudio Janta:** pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e da Mensagem Retificativa nº 01 e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto e da Mensagem Retificativa nº 01.

### **Observações:**

- com Mensagem Retificativa nº 01;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 09-05-22.

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Em discussão o PLCE nº 002/22. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir a matéria.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Presidente, Ver. Giovane Byl, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha nossa sessão nesta tarde, saúdo o secretário André Barbosa, que está aqui acompanhando a nossa sessão. O primeiro projeto que está em discussão, olhando de uma forma mais crítica, é preocupante, à medida que o governo sinaliza para vender um número significativo de imóveis, isto é, próprios municipais. Segundo o governo, ele vai destinar esse recurso para reforma e revitalização dos próprios municipais que ficarão à disposição da gestão pública. O governo, na audiência pública, nos falou que haveria em torno de cinquenta e poucos imóveis; na verdade, são mais de 150 imóveis – 157 lotes. Alguns desses imóveis são ocupados. O André mandou uma mensagem retificativa tirando algumas escolas de samba, portanto usados para área cultural, mas alguns outros imóveis são utilizados para uso de moradia. Então nós fizemos algumas emendas, e o governo já deu acordo inclusive para que aqueles imóveis já utilizados para uso de moradia não entrariam nessa relação de imóveis. Tem uma emenda do Ver. Matheus e uma nossa que trabalha nessa direção. Portanto, creio que deveremos defender não só as quatro emendas que ora apresentamos, mas principalmente as duas: a do Ver. Matheus Gomes

e deste vereador e a do Ver. Leonel Radde, que tratam sobre imóveis que são utilizados para uso de moradia.

Nós temos uma enorme preocupação, porque em alguns desses imóveis está o DMLU, está a SMOV, e algumas secretarias de governo já estão utilizando esses imóveis, e o governo não diz o que vai fazer quando aprovado ou colocado em venda, para onde vai o DMLU por exemplo.

Então eu creio que é importante o governo vir aqui explicar para nós se, em aprovando o projeto de lei, e em tendo já ali o serviço público, para onde vai esse serviço público, como é o caso do DMLU, da SMOV e de outras secretarias que, por sua vez, já se utilizam desse espaço que é público.

A gente sabe que grande parte dos gestores públicos tentam criar, na gestão pública, o centro administrativo para poder ter, naquele centro administrativo, todas as secretarias e assim por diante. Mas no caso do DMLU, que hoje ocupa uma área significativa e que tem quase uma quadra de terreno, é importante que o governo sinalize para nós o que vai fazer com o DMLU.

Então, é nesse sentido que nós queremos aqui não só defender as nossas emendas, mas, também, ouvir o governo inicialmente, já que nós, da oposição, estamos falando inicialmente, mas que o governo venha dizer qual é o objetivo concreto desse recurso que será absorvido dessa venda de significativos imóveis; não são 50, não são 60, são mais de 150 imóveis, conforme relatório da oposição. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** A Ver.<sup>a</sup> Laura Sito está com a palavra para discutir o PLCE nº 002/22.

**VEREADORA LAURA SITO (PT):** Esta semana, todo mundo acompanhou a linda maquete digital aí da Prefeitura, incluindo a liberação irrestrita da altura prédios, despoluição do Guaíba, que todos nós queremos, uma linda maquete aí com os empenhos do prefeito na Dinamarca. Mas aí eu fico me perguntando qual será, um ano e meio de gestão, a marca do governo Melo, qual será? Cada governo tem sua marca. As nossas marcas, por exemplo, das administrações do PT, em Porto Alegre, foram a participação popular, a participação, a discussão direta na decisão sobre os rumos da cidade. Qual será a marca do governo Melo? Eu acho que a marca do governo Melo é alegria da especulação imobiliária, suspeito que essa seja uma das marcas do prefeito Sebastião Melo. Porto Alegre virou, na verdade, um parque de diversões para especulação, é a materialização de um projeto de cidade que acontece sem debate público, tanto que a Prefeitura trava a discussão do Plano Diretor, inclusive brigando com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na UFRGS tem um trabalho excelente, e faz profundas alterações de maneira fragmentada por toda a cidade. Lembro agora que o prefeito, que está em viagem no exterior, defendeu a liberação total da altura das construções dos prédios na cidade. Isso se soma a um projeto do Centro Histórico, ao projeto das Torres do Beira-Rio, ao projeto que estamos discutindo

também no dia de hoje. Enquanto isso eu pergunto, como fica a periferia da cidade? Como fica quem luta por moradia digna, por moradia popular? O projeto de hoje prevê a entrega e alienação de diversos imóveis e terrenos pela cidade, vários deles com valor histórico, social e cultural. A relação dos bens é extensa e inclui desde o prédio da SMOV à quadra da Saldanha, da Acadêmicos da Orgia, até terrenos no entorno do Quilombo do Areal. Na realidade, como a própria Procuradoria registrou, se trata de uma autorização genérica. Registro isso, de uma autorização genérica. É como se fosse um cheque em branco dado à Prefeitura que sequer anuncia o que fará com os terrenos e com os imóveis. A Câmara não pode renunciar, na minha compreensão, a sua prerrogativa de avaliar a conveniência de cada alienação, até porque muitas parecem absolutamente inconvenientes. Portanto, elas não respondem, na minha avaliação, ao interesse público. O objetivo de conseguir aí agrandar a especulação, fortalecer o caixa da Prefeitura, além de instituir um fundo sem a participação popular, outro tema que é muito grave, inclusive aqui os partidos da oposição apresentam uma emenda em relação ao tema, que é um tema muito importante. O problema é que nada do caixa geral é investido para quem mais precisa e tão pouco existe previsão de gastos dos recursos do Fundo, uma outra questão que é fundamental nessa discussão que nós estamos fazendo referente a esse projeto. Conhecendo essa gestão, portanto, e registro aqui - e eu quero muito estar errada -, mas registro aqui que, conhecendo os debates que fizemos ao longo de toda essa gestão, que esses recursos não serão gastos em regularização fundiária, não serão gastos com habitação popular como eles deveriam. Esses recursos não serão investidos em programas de reforma e qualificação de moradias da periferia. Registro aqui: eu quero estar errada, mas ao debate que nós fizemos ao longo de todo esse período, o que me parece é exatamente isso. Inclusive aqui, antes de começar a nossa sessão, estava vendo uma entrevista da vice-líder do governo em que ela afirmava que nas moradias ocupadas nesses terrenos que são por invasão, não há o que fazer. Então, nós estamos aqui falando de uma questão muito séria, nós não estamos falando somente da gestão do patrimônio público, da Prefeitura, dos prédios. Eles irão atender aos interesses privados, na minha compreensão, à operação financeira da Prefeitura. Nós precisamos defender o nosso patrimônio e uma concepção de desenvolvimento que priorize a habitação popular, que garanta a moradia digna, um dos preceitos inclusive na nossa Constituição, moradia digna ao povo trabalhador. É isso que está em jogo nesse debate e é por isso que nós fizemos um conjunto de emendas – e aqui sinalizo diretamente a gestão municipal – que proteja, que assegure as condições dos trabalhadores e trabalhadoras a terem sua moradia digna garantida. Isso é o mínimo que nós trazemos a esse debate tão importante e, pelo visto, de forma central ao projeto do prefeito Sebastião Melo, é o alicerce, digamos assim, de uma nova Porto Alegre, que é uma nova Porto Alegre dos grandes investimentos de alto padrão. Nessa grande Porto Alegre eu não vejo meu povo tendo onde morar, tendo teto. Eu quero que a gestão responda sobre isso.

(Não revisado pela oradora.)

(A Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel assume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO):** O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir o PLCE nº 002/22.

**VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD):** (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Queria iniciar falando que nós estamos alienando os terrenos. Alienar é muito diferente do que vender; alienar é muito diferente do que o mercado imobiliário faz, tanto é que o mercado imobiliário não faz alienação de nada, o mercado imobiliário vende. E a Prefeitura tem um projeto que a permite conceder, permutar e principalmente ter termos de adesão para as inscrições de associações de moradores, de clubes de mães, instituições filantrópicas, e por aí afora, que hoje ocupam de forma irregular imóveis públicos, imóveis do povo de Porto Alegre. O projeto, que cria o fundo de patrimônio dos recursos oriundos desses imóveis, prevê programas de regularização fundiária de interesse social. A gente faz projetos aqui de regularização fundiária, e o recurso vem de onde? Da bola de cristal. A gente faz projeto de regularização fundiária para quê? Para ficar no papel. Aqui nós estamos dizendo que vai ter um fundo desses imóveis. Se as senhoras e os senhores não sabem, tinham imóveis públicos sendo colocados à venda! Uma pessoa usou, botou uma lavagem, botou uma loja de automóvel e botou à venda o espaço que é do povo, o espaço em que era para estar funcionando uma creche, uma escola, uma série de atividades voltadas à população de Porto Alegre. Nós temos um espaço hoje que é o primeiro da lista que aparece e está sendo usado para uma empresa fazer descarte da construção civil. Usam um prédio público para fazer descarte. E nós com demandas, não só com a questão da regularização, mas demandas de melhorar os prédios públicos, não somente para os funcionários da Prefeitura, mas para as pessoas que entram no prédio público. O fundo vai permitir tudo isso, e nós estamos falando de imóveis que hoje perderam a serventia. A Secretaria de Obras está indo para o novo prédio da Prefeitura, será instalado lá, o prédio do DMLU vai continuar sendo usado pelo DMLU, vai continuar lá no DMLU até nós arrumarmos um local melhor para o DMLU, ou os vereadores acham que o DMLU tem que continuar ali onde está havendo a dificuldade de entrada e saída de caminhão, dos garis, não tem um conforto necessário para os garis. Aí falam no entorno do Areal – nós queremos valorizar o entorno do Areal, nós queremos valorizar áreas que hoje estão desocupadas, áreas que hoje estão à mercê de ficarem lá sem ter utilização nenhuma, nós queremos transformar essas áreas para melhorar a cidade de Porto Alegre. E além disso todos nós aqui falamos em revitalizar o Centro de Porto Alegre. Todos falamos. E está aqui no projeto que os recursos servirão para revitalizar o coração da cidade – que é o nosso Centro Histórico. Revitalizar o Centro de Porto Alegre, trazer vida para o Centro de Porto Alegre, trazer as pessoas para morarem no Centro de Porto Alegre, não só para trabalharem, sendo um cento de passagem. Por isso nós, com muita certeza, encaminhamos este projeto; e com muita certeza de que este projeto é bom para a cidade, nós estamos aqui encaminhando para a base do governo aprovar a emenda feita pelo Ver. Aldacir Oliboni, pelo Ver. Leonel Radde, pela Ver.<sup>a</sup>

Laura Sito, que assinaram a emenda – se não me engano –, para nós aprovarmos esta emenda. A emenda diz que os imóveis já ocupados não serão mexidos; e não é o intuito do governo mexer onde as pessoas estão morando. A intenção do governo é de regularizar, Ver.<sup>a</sup> Laura Sito, essa região; é dar posse para as pessoas. E para fazer isso nós precisamos de recurso, para fazer isso nós precisamos pegar as áreas que a Prefeitura não está usando, as áreas – volto a dizer, como a primeira da lista – que poderão ser usadas por uma empresa para fazer descarte de entulhos da construção civil e isso servir de recursos para nós fazermos a regularização fundiária, recursos para nós melhorarmos as comunidades da cidade de Porto Alegre e entregar o Centro Histórico para a população de Porto Alegre. Seria isso, Sra. Presidente, em nome do meu partido, o Solidariedade.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO):** A Ver.<sup>a</sup> Bruna Rodrigues está com a palavra para discutir o PLCE nº 002/22.

**VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB):** Boa tarde, colegas; boa tarde, Presidente Mari, que conduz os trabalhos neste momento; boa tarde a quem nos acompanha pela TVCâmara. Hoje, olhando a priorização, eu tive a sensação de que nós nos deparamos com um feirão das áreas públicas! São 93 áreas que estão sendo aí ofertadas. Sim! E com a possibilidade de entrega inclusive, porque o Ver. Janta, que me antecedeu aqui, falou sobre alienação, e alienação é dar a terceiro. A Prefeitura não só pode vender essas 93 áreas, mas ela pode dar, entregar com um fim social que pode ser discutível. Eu me preocupo bastante, Ver. Janta – tu és líder do governo –, porque sou oriunda de uma grande obra, que hoje, neste ano, completa 12 anos: a Av. Tronco, 12 anos de uma obra inacabada, que destruiu centenas, posso dizer milhares, porque foram 1.800 famílias removidas que, até hoje, uma parcela delas não teve as suas casas entregues. De uma cidade que vive grandes conflitos fundiários sem solução. Mas não sem solução, porque os conflitos não têm solução. Não tem solução por que a gestão não apresenta alternativas. Nós temos uma cidade que, há mais de 20 anos, não tem um plano municipal de habitação. Isso quer dizer que, hoje, as famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade pela moradia, não têm, não só alternativa, mas não têm perspectiva de morar com dignidade na cidade. E aqui são 93 áreas com a possibilidade de serem entregues à iniciativa privada e a quem quiser comprar. Feirão das áreas públicas. É isso que eu vejo aqui. E é inadmissível, porque parte dessas áreas podiam, hoje, estar sendo destinadas para resolver o déficit habitacional que nós temos, para entregar as moradias daquelas famílias da Vila Tronco, que foram retiradas das suas casas, para resolver o conflito fundiário lá da Vila Dique, lá da Vila Nazaré. Nós podíamos hoje resolver grandes problemas da cidade com essas 93 áreas. Nós temos uma cidade que tem mais de 5.000 crianças sem vaga na creche. Quantas dessas áreas podiam ser destinadas à construção de escolas? E aí eu fico me perguntando, a que serve a entrega, a quem serve a entrega dessas áreas públicas? Eu quero discutir aqui, eu

acho que 20 dias, um projeto que entra nesta Casa com 20 dias já está sendo votado? Isso é um processo estabelecido de forma muito acelerada. Eu quero visitar uma parcela dessas áreas. Eu acho inadmissível que parte dessas áreas não sejam destinadas para moradia, quero ter a oportunidade de falar para o prefeito. Eu acho inadmissível que uma parcela dessas áreas não seja destinada para a construção das escolas municipais. Se Porto Alegre tem um déficit habitacional, se Porto Alegre tem déficit de vagas na creche, nós deveríamos estar pensando em resolver e não em entregar as nossas áreas públicas. São preocupações; e eu me lembro de muitas vezes, na campanha, inclusive, conversar com o prefeito Melo, que falava da necessidade de resolver uma parcela dos problemas habitacionais com áreas mais centrais. Eu vi aqui áreas e terrenos nos bairros Azenha, Moinhos de Vento, lugares estruturados, lugares da cidade que podiam cumprir uma função social, que podiam resolver o problema tanto de vagas nas creches quanto da moradia, e não é o que a gente vê aqui, infelizmente. Mais uma vez, o patrimônio público sendo utilizado para fazer caixa; mais uma vez, o patrimônio público sendo utilizado para especulação imobiliária, para ser entregue de qualquer jeito. Nós vamos ser uma cidade empobrecida estruturalmente, porque uma Prefeitura que não consegue pensar... Inclusive, parte dessas áreas poderiam ser destinadas, Ver.<sup>a</sup> Cláudia, para o Município sair do aluguel, porque aluga uma série de espaços para garantir o serviço público. Parte dessas áreas poderiam estar sendo utilizadas para isso. Inclusive, isso poderia dialogar muito com a economicidade do Município. Então eu acho que é um projeto que precisa de muita dedicação, de muito diálogo para que a gente possa entregar para a cidade um projeto mais saudável, menos danoso.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO):** O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLCE nº 002/22.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Boa tarde, Presidente em exercício, Mari Pimentel, vereadores, vereadoras, público que assiste essa sessão na TVCâmara. Bem, esse projeto do governo... O governo Melo, em termos de política, basicamente é uma continuidade do governo Marchezan, esse tipo de projeto também repete a lógica do governo Marchezan. O governo Marchezan, durante a sua gestão, alienou centenas de imóveis da Prefeitura, fez com que esta Câmara dos Vereadores votasse um projeto de alienação de centenas de imóveis, e sequer os nomes dos imóveis o governo fornecia, naquela oportunidade; agora, pelo menos, veio a lista do que o governo pretende alienar. Mas isso é absolutamente insuficiente, porque nós temos aqui um projeto para alienar 93 imóveis, sem avaliação desses imóveis. Eu apresentei um pedido de informação em fevereiro, acerca de um único imóvel que foi objeto de debate aqui na Câmara. Nós estamos em abril e agora que estamos discutindo ainda para precisar exatamente a resposta do governo, e agora que o governo nos respondeu. Eu fiz um pedido em fevereiro e nós estamos em abril para discussão de um único imóvel! E o governo quer que a Câmara dos Vereadores aprove um projeto que aliena 93 imóveis,

sem avaliação desses imóveis. Quer dizer, é algo absolutamente inaceitável, porque a Câmara dos Vereadores, ao aceitar esse tipo de proposição, ela está simplesmente abrindo mão de fazer o seu papel de fiscalização. Se a Câmara não fiscaliza o que o governo pretende fazer, avaliando o valor, a utilidade social, a utilização que esses imóveis estão tendo agora, ou a Câmara abre mão completamente da sua prerrogativa. Infelizmente, em muitos momentos nós sabemos que essa Câmara dos Vereadores tem feito isso! Essa Câmara dos Vereadores tem sido simplesmente uma avalista dos projetos do governo. O governo Melo aprovou tudo o que quis na Câmara dos Vereadores, sem debate profundo, sem nenhum tipo de controle, sem nenhum tipo de fiscalização, tanto é que o governo agora propõe alienar 93 imóveis que evidentemente vão desvalorizar esses imóveis, para quem compra pode ser um bom negócio, para quem compra sem que haja transparência, sem que haja uma publicidade pesada acerca de que imóveis vão ser alienados, sem que haja uma publicidade acerca do valor desses imóveis. Isso não é aceitável. A Câmara de Vereadores tem que parar de ser uma avalista do governo Melo, desse governo que, infelizmente, sequer cumpre a lei, quando não garante o mínimo necessário do investimento em educação. Foram mais de R\$ 170 milhões que deveriam ser aplicados em educação e não foram, embora nós tenhamos seis mil crianças sem direito à educação na cidade de Porto Alegre, sem acesso à educação. A Câmara de Vereadores tem que fazer uma opção e, infelizmente, tem feito a opção de ser avalista do governo. E essa proposição, esse projeto do governo vai na mesma linha. Há 93 imóveis, se esses imóveis estão sendo utilizados, ou não, a Câmara dos Vereadores não sabe; qual é o valor que esses imóveis têm a Câmara dos Vereadores não sabe, simplesmente vai dar um aval ao governo para vendê-los, para aliená-los. Esse tipo de proposição nós, do PSOL, não aceitamos. Não é uma questão de fazer uma emenda aqui ou uma emenda lá, é um problema da natureza do projeto. Esse projeto é um projeto que busca fazer uma arrecadação sem nenhum controle e, depois, sem nenhuma política social verdadeira. Nós sabemos que o governo Marchezan, o que ele conseguiu vender, o que ele conseguiu alienar ele colocou no caixa único, e eu não tenho a menor dúvida de que esse também é o propósito do governo Melo, que tem sido um governo que repete, talvez até em escala piorada, a natureza e a política do governo Marchezan. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO):** O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para discutir o PLCE nº 002/22.

**VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL):** Boa tarde, vereadoras e vereadores, público que nos assiste; que Porto Alegre precisa de um programa para boa gestão do seu patrimônio eu não tenho dúvida que sim, até porque, no final do ano passado, quando a gente parou para debater o orçamento desta Casa, nós recebemos as listas com as necessidades para realizar as emendas impositivas, e eram solicitados para os vereadores pequenos valores, para garantir boas condições no atendimento de saúde,

instalar toldo, garantir acessibilidade nesses ambientes. As escolas estavam precisando de inúmeras reformas; a necessidade de regularização fundiária na cidade de Porto Alegre é muito ampliada. Então nós não temos dúvida de que a necessidade de pensar a gestão do patrimônio público da cidade é extrema, só que o que está sendo debatido nessa proposta, e o contexto do governo do prefeito Sebastião Melo nos faz ter bastante convicção nesse sentido, é a possibilidade da venda, da cidade abrir mão da gestão de uma boa parte do seu patrimônio público. Nessa proposta a gente vê uma série de questões misturadas no projeto, totalmente misturadas. Nós temos desde prédios que abrigam secretarias da nossa cidade. O antigo prédio da SMOV, há todo um debate do ponto de vista dos arquitetos e urbanistas da nossa cidade sobre o valor histórico e cultural daquele prédio. A necessidade da Prefeitura neste momento, no ano de 250 anos da cidade, de pensar o nosso histórico, era estar avaliando, através dessa perspectiva, para pensar uma destinação correta para ele, mas nós vimos ontem a foto que o prefeito Sebastião Melo colocou no seu Instagram e já está bem nítido que ele tem um outro projeto para Av. Ipiranga, que é instalar espigões, abrir espaço para incorporadoras e construtoras mudarem totalmente o perfil de ocupação daquela região, inclusive inovando num debate que é antigo na cidade de Porto Alegre, a necessidade de revitalizar o arroio Dilúvio. Agora, na opinião do prefeito Sebastião Melo, vai ser feita através da construção de grandes espigões. É uma questão nova. Eu não acredito muito nessa perspectiva que ele está colocando, agora, o projeto para a Av. Ipiranga já está apresentado ali. O que tem a ver com esta discussão o prédio da Secretaria do Meio Ambiente? Nós gostaríamos de saber. Inclusive, no ano passado, quando houve a discussão sobre a retirada da biblioteca da Secretaria do Meio Ambiente, nós temos aqui documentos do secretário Germano afirmando que ela não seria retirada de lá e que o prédio não estava em questão pela gestão municipal. Mais assustador ainda, foi quando nós fomos conferir o endereço da Av. Carlos Gomes, que está dentro do projeto, inclusive, na Mensagem Retificativa, e olhando no Google Maps, o que a gente encontra? Um terreno que está cercado; vejam bem, cercado já, com perspectiva de ocupação. Falaram aqui que só estão projetos que pegam delinquentes, ações que não estão diretamente vinculadas com a lei. Eu gostaria de saber por que esse terreno está cercado pela Melnick Even? É o que está aqui. Eu gostaria de saber, Ver. Pedro Ruas, por que a Melnick Even está com terreno cercado na Av. Carlos Gomes que está aqui nesta lista. Já tem um negócio previamente estabelecido nesse sentido? É uma pergunta que eu deixo aqui para que a gente possa avançar nessa discussão.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Só para cumprimentar V. Exa. pelo pronunciamento e pela informação relevantíssima. Veja só V. Exa., Ver. Matheus Gomes, há um vazamento de informações privilegiadas, porque o cercamento deve ser antigo e é de uma grande construtora, a Melnick, que já sabia disso, já havia cercado o terreno, por certo não é qualquer terreno, e nós estamos vendo Porto Alegre perder patrimônio e os grandes incorporadores, como sempre, ganharem. Parabéns!



**VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL):** Gostaria de saber essa informação. Inclusive, andei ali por vários metros, no Google Maps, e a única numeração possível é neste terreno que já está cercado por esta construtora. Então, na verdade, nós estamos aqui diante de uma discussão que tem um objetivo bem estabelecido. O fundo, por exemplo, é óbvio que é interessante qualificar e melhorar, mas para isso tem que ter participação popular. Porque a gente conhece a história da cidade de Porto Alegre, da mais longínqua até o tempo presente. Política de habitação na nossa cidade só acontece com participação popular, só dessa forma que a gente viu se erguido, na nossa cidade, prédios que vieram a abrigar antigas ocupações, na região central, na periferia. Então como que nós vamos ter garantia de que vai ter regularização fundiária e habitação popular sendo construída se não tem participação social. Também me chama muito atenção uma parte do projeto que, além de não deixar explícito qual a destinação desses terrenos e prédios eventualmente que estão listados, que podem ser doados, podem ser vendidos, são vários tipos de negociação, também deixa ali previsto um elemento que tem a ver com a Prefeitura destinando imóveis para constituir fundos em favor de instituições financeiras. Ou seja, o patrimônio público vai estar sendo colocado para um tipo de negociatas que, na verdade, é a total financeirização, é uma sinalização de que a Prefeitura quer abrir mão do que tem de público na cidade de Porto Alegre para negociar com o mercado através das suas necessidades. Aqui não está a preocupação que nós citamos anteriormente, até porque tem superávit nas contas públicas. Várias das demandas que estão colocadas aqui já poderiam estar em andamento, e por que não estão? São algumas das questões que precisam ser respondidas para a gente poder fazer essa discussão que, sim, está acontecendo de maneira muito acelerada. Isso aqui não é projeto para passar, de qualquer forma, em reunião conjunta, tem que ter debate exaustivo, tem que ter números apresentados, tem que ter transparência numa discussão como essa. Infelizmente, não foi que aconteceu. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO):** O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para discutir o PLCE nº 002/22.

**VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Eu estou hoje, por motivo de força maior, acompanhando a sessão de forma remota. E por estar em remoto, provavelmente, deve estar acontecendo uma discussão entre bancadas, seguirei a orientação do nosso líder, que está aí, na Casa, discutindo com os integrantes do governo, que são os autores do projeto, mas eu preciso fazer algumas considerações. Em primeiro lugar, queria registrar que eu não estou confortável de decidir ou votar, neste momento, o projeto, porque eu confesso que eu não consegui me debruçar sobre caso a caso desse projeto. Eu tenho, realmente, acompanhado e algumas preocupações existem. A princípio, sei que a máquina pública precisa fazer o seu enxugamento. Sei que alguns imóveis da Prefeitura, realmente, são motivo de depredação, de invasão, mas

não um número tão grande assim. Eu gostaria, realmente, de mais tempo. Sei e entendo a pressa apresentada pelo governo, mas não estou confortável. Primeiro, quero deixar registrado aqui que não estou confortável com o projeto, mas vou seguir a orientação do nosso líder, Ver. Gilson Padeiro, que está discutindo com os autores do projeto. Agora, quero ressaltar que existem, pelo que eu vi – recebi hoje, pela manhã, a listagem –, realmente vários terrenos já cercados, já preparados. Alguns terrenos que certamente vão ter aí seus primeiros lances iniciais para fora de R\$ 8 milhões e etc., pelo que pude fazer de uma análise superficial. Eu não sei há quanto tempo o projeto está, se está há vinte ou não, mas eu fiz questão de fazer o seguinte registro aqui, para que todos possam pensar e avaliar: um dos vereadores que me antecedeu falou que no governo Marchezan os projetos eram colocados e que a listagem não aparecia. Eu só quero fazer um registro ao Ver. Robaina: todas as vezes, enquanto eu participava da liderança do governo, o Ver. Robaina, quando solicitava algum tipo de listagem, pelo menos para mim, a assessoria da liderança do governo entregava essa listagem. Senão fica aqui parecendo que os vereadores votavam e aprovavam sem ter condições de solicitar e receber alguma listagem. Pode ser que em algum momento o vereador possa não ter recebido ou solicitado a listagem, mas quero deixar claro aqui que sempre que solicitado a mim, seu colega, com todo o respeito que eu devo a ele e a sua bancada, sempre, junto com a assessoria do governo, eu entregava as listagens. Porém, quero deixar claro que, se na audiência pública foi dito que eram “x” imóveis, hoje chegar a um número muito maior é algo que não é muito produtivo na transparência das relações. Eu vi isso na discussão dos líderes hoje, Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel, e já concluo, que há uma certa diferença de números. Então quero deixar muito claro aqui para próximas oportunidades: vencendo a pauta ou não, é importante que os números apresentados nas audiências públicas sejam os mesmos números quando chegarem aqui para gente votar. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO):** A Ver.<sup>a</sup> Karen Santos está com a palavra para discutir o PLCE nº 002/22.

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Boa tarde a todos e todas, subo à tribuna para discutir o projeto na perspectiva de que a cidade de Porto Alegre tem a marca, é uma cidade fruto de remoções urbanas. Os bairros mais populosos que nós temos – Lomba do Pinheiro, Restinga e Rubem Berta –, normalmente, não fazem parte desses projetos de discussão do desenvolvimento da cidade, basta a gente olhar as prioridades do governo em relação à orla, em relação ao Dilúvio, em relação ao Centro Histórico. Eu fico me questionando em que momento vai haver essa conversa com essas pessoas que moram em áreas de risco. No início do ano a gente enfrentou esse debate em relação à falta de água, à falta de luz no Morro da Cruz; em que momento vai haver essa conversa? Eu não vejo isso se concretizar, porque deixar na mão da iniciativa privada é deixar na mão de quem tem recurso para investir, e, numa crise econômica, no

desemprego, nos marcos que estamos enfrentando, sem uma perspectiva de o Brasil voltar a crescer, como certeza não é o povo batalhador, com certeza não é a classe trabalhadora que vai conseguir acessar esses imóveis, tanto para investir, para empreender, menos ainda para morar, menos ainda para morar.

Nós temos 60% da nossa classe trabalhadora endividada e um percentual muito grande também sem perspectivas de saldar essas dívidas. É dessa crise que nós estamos falando e desse fenômeno de uma cidade que não começou agora, como eu falei, Porto Alegre é fruto de remoções, coloca o povo pobre, coloca o povo trabalhador, coloca o povo preto para a periferia, onde já não tem os equipamentos públicos, onde já falta água, onde já não tem luz, onde já não tem asfalto, onde já não tem creche. A gente quer discutir a cidade na perspectiva de priorizar esses espaços para que sejam ocupados pelas pessoas que mais necessitam, com casa de acolhimento às mulheres vítimas de violência, com ampliação da rede pública municipal estudantil – não tem que regularizar o cuide-se ou ficar dando recurso para as privadas, como foi aprovada aqui nesta Câmara de Vereadores –, ampliar a rede pública de educação infantil com mais creches públicas, tem equipamento para isso. Conseguir pensar a regularização fundiária para que as pessoas morem na Azenha, morem na Ipiranga, morem no Centro, morem no Menino Deus, onde já não falta água, onde já tem rede, porque é irracional expandir, expandir e expandir rede para cima do morro, para a periferia, sendo que tem espaço para todas as pessoas viverem bem, e também pensar equipamentos públicos de cultura e de fomento às iniciativas da nossa juventude, que vem também buscando espaço para conseguir se realizar dentro desta cidade que não pensa em emprego, em curso, em formação, dentro de uma perspectiva crítica, para as novas tecnologias, para a nossa juventude.

Então esse debate teria que estar sendo feito para além da questão de não ter uma perspectiva de quanto o Município arrecada vendendo ou entregando de barbada esses imóveis, para além de isso ser um problema de não ter o quanto isso daqui vai impactar nos cofres públicos, e qual é a prioridade desse recurso. Fizemos esse debate em relação à planta de valores do IPTU, na época do Marchezan, não adianta permitir que o Município arrecade, arrecade e arrecade, sendo que a população não tem controle de onde esse recurso vai ser investido. Nós queremos decidir isso, e não é fazermos uma parte agora e depois a gente decide. A gente quer debater o projeto como um todo. Quais são as destinações desses imóveis vazios? Se for para vender, para onde o recurso vai ser investido. Nós não queremos dar ponto sem nó, porque a gente sabe que o interesse privado é desenvolver a cidade para quem tem poder de capital, para quem tem poder de consumo, para quem tem poder de investimento, e isso deixa de fora boa parte do nosso povo trabalhador. A cidade está fazendo 250 anos, é a cidade mais segregada do Brasil racialmente em termos de territórios, basta a gente olhar os bairros mais populosos onde se localizam, quem mora lá. Então, para concluir pessoal, a gente tem a oportunidade de encarar essa discussão de uma cidade que está se desenvolvendo, e nós não somos contra o movimento, só que está se desenvolvendo de uma forma extremamente desigual, e é responsabilidade desta Câmara, é responsabilidade dos vereadores, destes mandatos que estão aqui, amparar as nossas populações que estão

demandando espaço, que estão demandando mais equipamentos públicos, que estão demandando mais equidade e o projeto da forma que está colocado não caminha nesse sentido. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO):** Muito obrigada, Ver.<sup>a</sup> Karen. O Ver. Leonel Radde está com a palavra para discutir o PLCE nº 002/22.

**VEREADOR LEONEL RADDE (PT):** Boa tarde Presidenta. Me causa muita preocupação este projeto. Se nós confirmarmos esta situação que já foi trazida por diversas fontes de que o terreno está cercado, um terreno público, por uma empresa privada, uma construtora, isso é um escândalo. Mas é grave também que outros terrenos da Prefeitura, isso é histórico, principalmente envolvendo postos de gasolina que estão colocados em terrenos públicos do Município sem recolher qualquer valor ao erário público. Esse é um descontrole que nós vemos envolvendo o grande capital da nossa cidade. Um outro ponto que nos chama atenção neste projeto é o fechamento de espaços da cultura, como a Companhia de Artes. Nós deveríamos ter um projeto de reestruturação, de investimento, de melhoria daquele espaço que eu já frequentei muitas vezes, e ele está aí para ser leiloado. Menos um espaço de cultura da nossa cidade, menos um espaço de acesso aos artistas locais. Deveríamos retirá-lo dessa lista e termos um debate mais aprofundado, se os imóveis realmente possuem ocupação ou não, porque temos muitas informações contraditórias. Se são contraditórias e nós não estamos conseguindo as respostas necessárias para sua votação no dia de hoje, deveríamos passar imóvel por imóvel. Isso é o razoável. O secretário poderia sentar e nós fazermos um *checklist* e, quando estivermos com tudo esclarecido, nós votaríamos, com as garantias que já tínhamos negociado. Porque voltar desta maneira pode trazer uma série de injustiças, pode prejudicar uma grande parcela da nossa população, prejudica a cultura nas escolas de samba que podem ter os seus espaços perdidos, prejudica o teatro, a dança, a música, no caso da Companhia de Artes, e prejudica uma parcela da população que hoje se encontra nesses imóveis. Mas o mais grave é nós termos essa denúncia de cercamento, de uma construtora, em um terreno público, antes disso ser discutido e aprovado na Câmara Municipal de Porto Alegre. Então peço aqui ao amigo secretário André para que nós possamos dialogar, fazer uma revisão antes desta votação para que, depois, tenhamos, inclusive, a aprovação por unanimidade. Por que não? Ninguém aqui discute que, talvez, alguns terrenos não tenham função pública, não sejam de interesse da Prefeitura, possam ter uma função social mais adequada, mas da forma como está hoje é um grande problema inclusive dentro da própria base governista. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO):** O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLCE nº 002/22.

**VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB):** Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, senhoras e senhores, Porto Alegre tem, sim, uma quantidade bastante grande de imóveis, de terrenos desocupados, de terrenos ocupados –terrenos baldios e terrenos ocupados – inclusive por empresas sem nenhuma remuneração ao poder público. E eu acredito, com todo respeito, que nesta discussão de hoje, nós estamos fazendo uma confusão. São diferentes projetos de lei desafetação e projetos de lei de autorização para venda. Áreas afetadas são aquelas reservadas para praças, escolas, postos de saúde e, para desafetar esta área, nós precisamos de uma legislação toda especial, que não é o caso da nossa discussão de hoje. Hoje nós estamos tratando de venda de imóveis e não desafetação de imóvel. Participamos da audiência pública – sei que o Ver. Aldacir Oliboni estava presente – e nós tínhamos a proposta do próprio secretário manifestada na audiência, mas, Ver. Aldacir Oliboni, eu vou votar favoravelmente à sua emenda, e acho que ela traz aquilo que é a garantia que todos nós queremos, que não haja proposta de venda de imóveis onde existem cidadãos ali residindo. Portanto, votando favoravelmente, aprovando a emenda do Ver. Aldacir Oliboni, não nos resta outra alternativa senão aprovar também o projeto, porque, com a emenda, ele fica acertado e ajustado àquilo que nós discutimos e defendemos na audiência pública. Portanto, eu voto “sim” à emenda e voto “sim” ao projeto. Um abraço. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO):** O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir o PLCE nº 002/22.

**VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO):** Boa tarde colegas e público que nos assiste. Há alguns pontos muito relevantes neste debate, acho que o Ver. Ferronato foi muito feliz na sua fala, o vereador trouxe muito bem a diferença do que está se propondo entre desafetação, alienação. O cerne deste projeto, alguns outros colegas vereadores já falaram, vem da sua origem, do primeiro mapeamento que nós vimos sendo feito pela Prefeitura na gestão passada, dos ativos, o inventário da Prefeitura, que obviamente não deve ser uma imobiliária, mas pela quantidade de imóveis que possui mais parece uma, e a gente, a partir desse inventário, pode começar a trabalhar então no andamento de melhor destinação desses imóveis. E aí eu acho interessante, e vou pegar o gancho na fala do uso social da propriedade, que hoje o que a gente está vendo são diversos imóveis onde não se tem utilidade alguma, senão ficar bloqueando o melhor uso do espaço público, que está com investimento de infraestrutura urbana instalado em bairros, regiões adensadas, onde a Prefeitura não exerce absolutamente nenhuma atividade senão, ela própria, a especulação imobiliária, que tanto alguns criticam. Portanto, a melhor forma de você dar uma função social para

essa propriedade é devolvendo ela para a sociedade, liquidando ela do inventário da Prefeitura, dando outra destinação, fazendo com quem efetivamente se possa ter uso desse imóvel, afinal de contas tem dinheiro de todo pagador de impostos da Lomba do Pinheiro ao Centro, ao Moinhos de Vento, em asfalto instalado ali, em saneamento básico instalado ali, em iluminação pública e por aí vai. Portanto, um dos problemas que nós temos hoje com esses imóveis não utilizados é um mau uso do recurso público em áreas urbanas adensadas, onde não há sequer moradia, não há comércio, não há arrecadação tributária, pior, há invasão em muitos casos. Há invasão por parte, tanto de pessoas que são simplesmente criminosos e usam um patrimônio que não é seu para auferir algum tipo de benefício próprio como há também invasões que são por aqueles que defendem pautas ideológicas ou partidárias diversas. Aliás, vamos lembrar aqui têm muitos movimentos ligados a partidos políticos que vivem da invasão de propriedades. Isso é um problema, porque pune, efetivamente, um bom uso de terrenos, territórios, imóveis que poderiam ter uma melhor destinação para população, que paga essa conta através de seus impostos. Então eu quero saudar este tipo de projeto é porque ele é muito bem-vindo ele coloca uma função efetivamente social nas propriedades, ele faz com que a Prefeitura tenha recurso para fazer aquilo que é sua finalidade, que não é fazer gestão de patrimônio imobiliário, e sim, entregar melhores serviços públicos e investir na cidade. Eu acho muito válidas as críticas feitas sobre uma maior atenção na região periférica, em detrimento de outros projetos talvez mais ambiciosos em regiões mais desenvolvidas. Eu acho que uma parte dos recursos que vêm, justamente, de vendas, liquidações, alienações, ele deve ser destinado, sim, à melhoria das infraestruturas de periferia, para asfaltamento onde há chão batido, iluminação pública e saneamento onde não há, melhor segurança, serviços públicos de saúde, educação, onde tem um acesso mais prejudicado. O mesmo no transporte público, acesso a deslocamento para a cidade para conseguir chegar no emprego, chegar nos serviços públicos com maior facilidade. Então essa é uma crítica muito válida, e que, de novo, só vai ter dinheiro para conseguir fazer esses investimentos, que precisam ser feitos, se a gente focar naquilo que deve ser a atenção da Prefeitura, que não é a gestão de ativo imobiliário. Então, parabênizo a iniciativa do governo de colocar esta pauta em votação, acho que é muito importante para a cidade, é uma coisa que, há bastante tempo, nós falamos. A bancada do NOVO, na Legislatura passada, que na época era representada apenas por mim, hoje tem uma grande colega, Mari Pimentel, mas já falava sobre isso e cobrava o governo para que apresentasse a solução e pudéssemos votar. Então, saúdo a iniciativa e que possamos votar isso também o quanto antes. Afinal de contas não é um debate novo, não é um debate onde está todo mundo sendo pego de surpresa e, tampouco, os imóveis listados são novidade, a listagem já havia sido feita, o inventário já havia sido feito. E como Ver. Moisés já destacou, isso já era de conhecimento de boa parte dos vereadores, pelo menos aqueles que se interessaram e se debruçaram sobre o tema. Então agradeço a atenção de todos e espero que a gente possa avançar e aprovar esta proposição.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Giovane Byl reassume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLCE nº 002/22.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Povo de Porto Alegre que acompanha este debate e que está escandalizado com a dificuldade do governo de justificar mais um projeto para botar dinheiro em caixa, sendo que tem quase R\$ 1 bilhão e não tem projetos, não investe, não tem ação. Na verdade, nós estamos diante de um governo que gosta de fazer turismo, passear. O prefeito não está em Porto Alegre hoje, não está; mas hoje, em Porto Alegre, prefeito, tem mais de 5 mil crianças fora da escola porque o senhor não cria vagas. E aí o senhor quer entregar prédios, vai leiloar, vai vender; mas as crianças vão continuar fora das escolas, porque o senhor não cria escolas. Por que o senhor não faz, então, um projeto para esses vereadores? Esses imóveis vão se transformar em escolas, em postos de saúde, em hospitais. Não tem pediatria no hospital da Restinga, não tem pediatria no Extremo-Sul de Porto Alegre, mas isso não vem para cá, essa discussão não cabe aqui, segundo o seu governo, segundo Sebastião Melo. O Brasil, gente, tem mais de 6 milhões de pessoas morando precariamente, morando em lugares de difícil acesso, em habitações precárias, caindo aos pedaços, ou em adensamentos habitacionais – para quem não sabe, são três famílias morando num quarto, numa pecinha, essa é a realidade. Em Porto Alegre, nós temos 50 mil pessoas nessa situação; mas não tem aqui um projeto de geração de habitações de interesse social robusto, de verdade, dinheiro rubricado. Há muitas demandas do orçamento participativo do tempo em que o senhor era vice-prefeito que até hoje não foram atendidas. Então nós temos, na verdade, uma cidade do esquecimento. Nós temos a questão da cultura sendo atingida por esse projeto, a Banda Saldanha; a Cia de Arte, na Rua dos Andradas. Eu não posso aceitar, como vice-presidente da Comissão de Educação e Cultura, esse ataque. Nós precisamos de mais espaços para a cultura na cidade, e não de menos. O prédio da antiga SMAM foi uma conquista no orçamento participativo, nos tempos do PT, dos servidores públicos, e aí isso está jogado aqui. Mas o que é mais intrigante que eu me pergunto: é verdade que tem um desses terrenos cercado e com placa de uma empresa? Eu não sou contra empresas, agora, da mesma forma que o prefeito fez um mandado de reintegração de posse no prédio abandonado da SMIC, se tem um terreno cercado por uma empresa privada fazendo usufruto, sem pagar sequer aluguel para a Prefeitura, esta empresa deve ser autuada. Prefeito, o senhor deve verificar com seus advogados se isso é verdade, se não for verdade, e se for verdade o senhor vai ter que decidir, se o senhor decidir errado pode ser prevaricação, e aí nós vamos ter gosto de discutir isso aqui dentro.

Quero completar esse raciocínio, discutindo com a população da nossa cidade, que muitos desses terrenos são de uso institucional. O que quer dizer? Que não tem índice construtivo, aí vai vender dessa forma, por uma bagatela e depois vai ter índice construtivo, que é o caso, por exemplo, da Companhia de Artes, é o caso do prédio do DMLU, depois aparece um prédio gigantesco lá, e o empresário que comprou

o terreno, ganha de presente o índice construtivo! Secretário André Barbosa, não é o senhor que está por trás desse projeto, com certeza, porque esse projeto não é bom para Porto Alegre; secretário Cassio Trogildo, o senhor também, com certeza, não deve estar por trás desse projeto, porque ele não é bom para a cidade. Eu gostaria da presença de vocês aqui para nos ajudar a encerrar o déficit educacional desta cidade, que tinha a meta no Plano Municipal de Educação de botar todas as crianças de educação infantil dentro das escolas, e hoje elas estão fora, porque não tem vaga. Cadê o projeto da educação? Cadê o projeto da habitação e de interesse social? Cadê o projeto da saúde, de verdade? Falta responsabilidade deste prefeito, que ao passo que está viajando, nós estamos discutindo entregar o patrimônio da cidade a preço de banana.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Obrigado, Ver. Jonas Reis.

**Vereador Roberto Robaina (PSOL):** Presidente, foi feita uma pergunta muito importante, não consegui escutar, é muito barulho e a intervenção do pessoal *on-line* às vezes fica um pouco mais difícil de se prestar atenção, pelo barulho. Mas eu quero chamar atenção do pessoal, dos vereadores e vereadoras que estão *on-line*, para a pergunta que foi feita pelo Ver. Matheus acerca desse imóvel que está, pelo que o vereador colocou, entre os imóveis que a Prefeitura que alienar e que está cercado pela empresa Melnick. Foi feita uma pergunta, e eu não vi nenhuma representação do governo dar a resposta. Eu fui junto ao secretário, para que o secretário pudesse nos esclarecer. O secretário ficou de olhar, se informar, averiguar e, até agora, não retornou. Eu estou muito preocupado, porque terminou, pelo que eu estou vendo, o período de discussão, e esta questão precisa ser esclarecida, porque, afinal de contas, ela é muito importante. Muito obrigado.

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Questão de ordem, Ver. Pedro Ruas?

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Sim, ilustre Ver. Giovane Byl, que preside os trabalhos do dia de hoje. O Ver. Roberto Robaina fez uma observação da maior relevância. O secretário estava conosco quando saiu para buscar foto atualizada, negando, peremptoriamente, que esse móvel fosse, de fato, um daqueles elencados no projeto da Prefeitura. Não retornou o secretário. Nós não temos como votar esse projeto.

**Vereadora Mônica Leal (PP):** Eu estou pedindo para falar.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Eu quero ouvir a Ver.<sup>a</sup> Mônica, mas duvido que ela tenha a solução para isso. Nós não temos como votar esse projeto, vamos imaginar que se confirme a denúncia do Ver. Matheus, a Câmara vai ser transformada em cúmplice; se isso se confirmar, é transformada em cúmplice. Então, há



uma questão maior, nós devemos proteger o próprio Legislativo, porque o secretário não voltou, as informações não existem, nós não podemos votar o projeto. Eu quero ver o que ele ia trazer. Eu não vi o secretário, eu quero ver. Obrigado, Presidente.

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Feito o registro, Ver. Pedro Ruas. Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, questão de ordem?

**Vereadora Mônica Leal (PP):** Eu escutei atentamente todas as manifestações, pedi o material, olhei o terreno da Av. Carlos Gomes, é onde fica a sede da SMAM. Eu preciso saber se esse terreno já está cercado por uma empresa privada, uma construtora, sem ao menos nós temos votado. É um escândalo, se tiver. Eu não voto esse projeto, enquanto não tiver as respostas.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Presidente, o secretário informa que o imóvel é do Município.

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Feito o registro, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal.

**Vereadora Mônica Leal (PP):** Eu quero a resposta. Esse terreno é o da sede da SMAM, está cercado com tapumes da empresa construtora Melnick, privada, sem antes nós votarmos? Eu quero que me respondam! Eu não dou meu voto para coisas mal explicadas, e se isso for verdade, é um escândalo, o Legislativo não pode entrar nessa.

**Vereador Felipe Camozzato (NOVO):** Presidente, dois pontos sobre as questões de ordem apresentadas e que eu acho que contribuem. Primeiro, a fala do Ver. Matheus Gomes se refere a ter olhado no Google Maps, mas, pelo que eu pude ver agora, as fotos são de 2019, e há, sim, tapumes nessa região. Eu não entendo que exista algum tipo de cumplicidade da Câmara em votar o projeto, pelo contrário, independente da decisão da Câmara, se existe alguma ilegalidade e invasão de terreno público por parte de quem quer que seja, essa pessoa pode responder judicialmente e a Prefeitura deverá acioná-la. Uma vez que a foto de trata de 2019, não sei se o caso ainda está em questão, se existe esse cercamento. E ainda cabe lembrar que uma das alegações da Prefeitura, desde a gestão passada para o próprio projeto de inventário e liquidação de móveis, era de invasões que estavam ocorrendo em terrenos. A gente sabe que, muitas vezes, vizinhos, terrenos adjacentes ao municipal, contribuem com o cercamento para evitar que o próprio municipal seja invadido; ou se é o caso de uma invasão, como a Ver.<sup>a</sup> Mônica disse, precisa ser apurado e judicialmente pode ser respondido. Não vejo como a Câmara possa ser responsabilizada por isso, inclusive com a data de aprovação do projeto. Tudo aquilo que é anterior à aprovação na Câmara, tem já o curso legal para poder fazer a devida responsabilização jurídica em caso de irregularidades. Então não me parece nenhum empecilho. Muito obrigado.

**Vereador Claudio Janta (SD):** Sr. Presidente, queria esclarecer aqui, em nome do governo: primeiro lugar, nós estamos falando de uma nesga de terreno. A foto tira o tapume da construtora, mas o terreno está do lado de cá da construtora. Segundo lugar, o desespero da oposição. A oposição pode chegar aqui e pegar uma foto da Av. Dr. Nilo Peçanha, no quilombola, pegar a construtora que está construindo em torno do quilombola e dizer que nós estamos também entregando para uma construtora o quilombola. O Ver. Felipe foi muito preciso: a Câmara não vai ser responsabilizada por nada, a responsabilidade da Câmara é botar recursos para as áreas que estão sendo necessitadas de recursos, principalmente a regularização fundiária. E respondendo ao Ver. Leonel Radde, a Companhia de Artes ganhou uma concessão de todo o prédio e a Companhia de Artes estava usando a concessão para comercializar, inclusive tinha um restaurante no subsolo da Companhia, um restaurante sendo explorado na Companhia de Artes. Nós fizemos visita, *in loco*, na Companhia de Artes procurando o Centro de Referência do Autismo e o prédio está destruído, elevadores e tudo, A Companhia continua usando o seu andar que é de direito, agora, o prédio é público.

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Feito o registro, Ver. Claudio Janta.

**Vereador Roberto Robaina (PSOL):** Nós estamos aqui, no plenário, com o secretário da Administração averiguando o tema da Melnick e pelo que se sabe, é a última informação, que, efetivamente, há uma identificação da Melnick no terreno da Prefeitura. É isso que chegou, diferente do que o líder do governo falou aqui. Desmente o que tu disseste aqui, Ver. Claudio Janta. Porque a pergunta que o Ver. Matheus Gomes fez se demonstrou muito procedente. Agora, porque que isso ocorreu, bem, espero que o governo nos dê explicação. O fato é que o Ver. Matheus Gomes fez uma pergunta, se quer o Ver. Matheus Gomes fez uma denúncia. Fez uma pergunta porque cumpriu a responsabilidade de vereador, foi averiguar e confirmou aqui, depois de horas em que nós estamos pedindo explicação para o governo e para o secretário, veio a confirmação do que o Ver. Matheus Gomes investigou e descobriu, isso de um terreno, nós estamos falando de 93. Obrigado.

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Vereadores, o projeto continua em discussão, eu peço que quem usar o microfone de apartes seja para um pedido aparte ao vereador que está discutindo ou, senão, use a tribuna para discutir o projeto.

**Vereador Matheus Gomes (PSOL):** Eu gostaria de colocar uma outra questão, porque dada a resposta à pergunta que eu fiz na tribuna, gostaria de saber quando que houve esta autorização, por parte da Prefeitura, para ocorrer este cercamento. Muito obrigado.

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Feito o registro, Ver. Matheus Gomes.

**Vereador Alexandre Bobadra (PL):** Sr. Presidente, na administração pública nós temos que observar o que impera o princípio da boa-fé. Eu acho que o Poder Executivo, representado aqui pelo seu secretário, apresentou um projeto legítimo que vai ao encontro do interesse primário e secundário do Município. Quando falo secundário, é a questão das finanças públicas. Imagine V. Exa. e os colegas vereadores aqui, o custo mensal de manutenção desses imóveis para Prefeitura de Porto Alegre. São invasores, são vândalos, são furtos, pichações, então, está mais do que na hora de a gente poder entrar realmente na administração gerencial. Vou ser favorável a este projeto. E digo mais: se, por acaso, em 93 terrenos, tiver qualquer irregularidade, por óbvio, o secretário responderia sob as penas da lei. Então, o nosso voto é favorável, e também quero dizer que a manifestação da oposição é impertinente.

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Feito o registro, vereador.

**VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Moisés Barboza. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Dezesesseis vereadores presentes. Não há quórum.

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB) – às 16h16min:** Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

## **PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR**

**(05 oradores/05 minutos/com aparte)**

### **1ª SESSÃO**

**PROC. Nº 0437/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 167/21**, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia Municipal do Sargento Temporário e Sargento da Reserva Não Remunerada das Forças Armadas no Anexo da Lei nº 10.904 de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 05 de novembro. **(SEI 222.00080/2021-86)**

**PROC. Nº 1337/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 603/21**, de autoria dos Vers. Alvoní Medina e José Freitas, que inclui a efeméride Dia Municipal da Universal nos Presídios no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 –

Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 14 de junho. (SEI 020.00048/2021-31)

**PROC. N° 0008/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO N° 001/22**, de autoria do Ver. Jessé Sangali, que inclui incs. XI e XII no *caput* do art. 2° e art. 12-A na Lei n° 10.728, de 15 de julho de 2009, e alterações posteriores, incluindo as escalas semanais de trabalho e os espelhos de ponto dos profissionais da saúde das unidades de saúde do Município de Porto Alegre que atendam ao Sistema Único de Saúde (SUS) no rol de informações divulgadas no Portal Transparência Porto Alegre. (SEI 220.00001/2022-10)

**PROC. N° 0068/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO N° 035/22**, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que denomina Praça Paulo Francisco Corrêa o espaço público não cadastrado conhecido como Praça Seis Mil, Quatrocentos e Vinte e Nove, CTM 8261030, localizado no Bairro Chapéu do Sol, em Porto Alegre. (SEI 019.00004/2022-01)

**PROC. N° 0287/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO N° 149/22**, de autoria do Ver. Leonel Radde, que inclui a efeméride Dia do Aikido no Anexo da Lei n° 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 26 de abril. (SEI 208.00052/2022-64)

**PROC. N° 0247/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO N° 125/22**, de autoria do Ver. José Freitas, que denomina Travessa Jurandi Barrios Mathias o logradouro público conhecido como Travessa F, localizado no Bairro Restinga. (SEI 034.00158/2022-70)

**PROC. N° 0311/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO N° 163/22**, de autoria do Ver. Pablo Melo, que denomina Rua Morro do Osso o logradouro público cadastrado conhecido como Rua 5150, localizado no Bairro Campo Novo, na comunidade Chapatral. (SEI 218.00029/2022-60)

**PROC. N° 0296/22 – PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 013/22**, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que concede a Comenda Porto do Sol ao Sr. Onyx Dornelles Lorenzoni. (SEI 222.00030/2022-80)

**PROC. N° 0300/22 – PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 014/22**, de autoria do Ver. Moisés Barboza, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao Sindicato dos Centros de Formação de Condutores do Estado do Rio Grande do Sul – SindiCFC. (SEI 036.00061/2022-65)

**PROC. Nº 0314/22 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 017/22**, de autoria da Ver<sup>a</sup> Psicóloga Tanise Sabino, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao Centro de Valorização da Vida – CVV. (SEI 215.00029/2022-62)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, este debate e que sabe que nesta Casa há sempre muitos interesses em jogo, nós estamos sempre preocupados sobre o que de fato significa essa nova ordem política que se estabelece em vários espaços, em vários locais. Eu não sou contra nenhum tipo de instituição, evidentemente, acho que todas elas têm a sua legitimidade, elas organizam pessoas em torno de temas, mas eu acho complicado a todo momento a gente centralizar o debate em apenas uma ordem institucional. Nós deveríamos pensar que a Câmara tem a prerrogativa da pluralidade. Quando a gente vai homenagear, quando a gente vai colocar o nome de uma rua, vai criar uma efeméride, a gente precisa pensar que é para a cidade toda, não pode ser para um eixo apenas. Venho aqui muito preocupado, porque há muitas instituições que fazem trabalhos em torno da questão social, da questão da reinserção das pessoas que estão cumprindo penas, as instituições que ajudam a garantir a assistência social no Município, que hoje é carente inclusive de mais investimentos, mas eu queria deixar aqui um pouco desta minha inconformidade com, a todo momento, mandatos que deveriam ser de toda a cidade, parece se subsumir no sequestro da estrutura institucional para o crescimento de uma instituição apenas. Com isso eu não posso compactuar, não posso concordar. Então está em discussão aqui um projeto nesse sentido novamente, não é a primeira vez. Tenho visto isso periodicamente, e eu acho que contra isso a gente tem que ter unanimidade. Nós precisamos pensar que a Câmara de Vereadores não é para homenagear apenas alguma ordem, mas todas que fazem o trabalho social. Então gostaria de deixar essa reflexão aqui aos nobres vereadores e vereadoras.

Também está em tema aqui uma questão sobre o SUS, sobre os trabalhadores que estão ou não nos seus espaços de trabalho, e se fala aqui em publicizar escala semanais de trabalho, espelhos de ponto dos profissionais da saúde nas unidades de Porto Alegre. Só que acontece que isso não deveria ser uma questão a ser debatida aqui. Essa é uma questão administrativa. Quer dizer: se eu acho, enquanto vereador, que há alguém que não está desempenhando a sua tarefa no devido espaço, tem a reclamação da população, e tem também a fiscalização, porque este é um poder fiscalizador, a nossa Câmara de Vereadores. Então eu acho que essa coisa de querer perseguir servidor, de dizer que Fulano, médico, não trabalha, que tem que botar o ponto pendurado ou não, isso não agrega em nada, em nada, porque, hoje, este mesmo vereador que propõe isso, ele não estava no ato em defesa do Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul que está sofrendo falta periódica de pediatras, porque o secretário não nomeia mais pediatras. Essa cobrança ele não faz.

Então nós precisamos pensar o que realmente interessa; identificar onde faltam profissionais, onde há cargos vagos, e como é que a gente já reestabelece isso, e não ficar perseguindo servidores públicos.

Eu quero lembrar que ontem uma enfermeira apanhou, foi agredida na Unidade de Saúde Santa Marta, porque ela estava lá trabalhando, mas apenas ela, porque o secretário não nomeia mais servidores, as pessoas demoram muito e, supostamente, pela demora, uma usuária mordeu a enfermeira, atacou a enfermeira, e chamou ela também, segundo o relato dessa enfermeira, de impropérios. Isso não é admissível, isso se chama sobrecarga de trabalho. Então contra a sobrecarga, o que que eu proponho? Mais concurso público, mais nomeações. Aqueles que não querem diminuir a sobrecarga dizem só que tem que pendurar lá o ponto. Não adianta pendurar o ponto de meia dúzia de pessoas quando o posto de saúde deveria ter 12 e os cargos estão vagos, estão vagos os cargos da Prefeitura. É o caso, por exemplo, da educação, tem 1.276 cargos vagos, ou seja, podem ser nomeados professores. Então não há justificativa de ter aluno fora da escola, mas a secretária até agora deixa faltar 200 professores. Quero trazer ainda para esta tribuna a quantidade de cargos vagos da área da saúde, que eu não tenho aqui em mãos, mas deixo o destaque da educação. É isso que a gente precisa, unir forças neste Parlamento. Obrigado. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB).** Obrigado, Ver. Jonas Reis. Não há mais inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 16h23min.)

\* \* \* \* \*